

RECOMENDAÇÃO CONAREX Nº ___, DE 17 DE JULHO DE 2026

Brasília, 17 de julho de 2026

A **CONAREX**, reunida em 17 de julho de 2026, no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, no uso de suas atribuições regimentais e considerando a necessidade de aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão das unidades de conservação de uso sustentável, de forma a contemplar adequadamente as realidades socioculturais, produtivas e territoriais dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), por unanimidade,

RECOMENDA:

Ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e aos demais órgãos competentes que:

1. Revisão da normativa sobre Plano de Manejo

Promovam a rediscussão e revisão da instrução normativa referente à elaboração, revisão e implementação dos Planos de Manejo das Reservas Extrativistas (RESEX), com vistas a melhor adequar seus procedimentos, critérios e instrumentos às especificidades socioambientais, culturais, econômicas e territoriais dessas unidades de conservação.

2. Participação social

Assegurem a participação efetiva das populações beneficiárias das Reservas Extrativistas, de suas organizações representativas e da CONAREX nos processos de revisão normativa e de construção dos Planos de Manejo.

3. Adequação às realidades territoriais

Considerem, na revisão da normativa, as práticas tradicionais de uso e manejo dos recursos naturais, os modos de vida das comunidades extrativistas, a diversidade regional das RESEX e a necessidade de simplificação dos procedimentos administrativos que impactam a gestão dos territórios.

4. Fortalecimento da gestão compartilhada

Fortaleçam mecanismos de gestão compartilhada e governança participativa, reconhecendo os conhecimentos tradicionais como elementos fundamentais para a conservação da biodiversidade e para o desenvolvimento sustentável das Reservas Extrativistas.

A CONAREX ressalta que a adequação dos instrumentos normativos relacionados aos Planos de Manejo das Reservas Extrativistas constitui medida essencial para assegurar a efetividade

da gestão territorial, a proteção dos modos de vida tradicionais e a promoção da justiça socioambiental.

Brasília, 17 de julho de 2026.

Plenário da CONAREX